



**Alpiarça**  
MUNICÍPIO

**Assembleia Municipal**

**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ALPIARÇA**

**2009**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - NATUREZA E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA</b>	<b>5</b>
Artigo 1.º - Natureza	5
Artigo 2.º - Competências da Assembleia Municipal	5
<b>CAPÍTULO II - INSTALAÇÃO</b>	<b>8</b>
Artigo 3.º	8
<b>CAPÍTULO III - MESA DA ASSEMBLEIA E COMPETÊNCIAS</b>	<b>9</b>
<b>Secção I - Mesa da Assembleia</b>	<b>9</b>
Artigo 4.º - Composição da mesa	9
Artigo 5.º - Eleição da mesa	9
<b>Secção II - Competências</b>	<b>9</b>
Artigo 6.º - Competência da mesa	9
Artigo 7.º - Competência do presidente da assembleia	10
Artigo 8.º - Competência dos secretários	11
<b>CAPÍTULO IV - FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA</b>	<b>12</b>
<b>Secção I - Sessões</b>	<b>12</b>
Artigo 9.º - Local das sessões	12
Artigo 10.º - Sessões Ordinárias	12
Artigo 11.º - Sessões Extraordinárias	12
Artigo 12.º - Duração das sessões	13
Artigo 13.º - Requisitos das reuniões	13
Artigo 14.º - Continuidade das reuniões	13
<b>Secção II - Convocatória e Ordem do Dia</b>	<b>14</b>

Artigo 15.º - Convocatória	14
Artigo 16.º - Ordem do dia	14
<b>Secção III - Organização dos Trabalhos na Assembleia</b>	15
Artigo 17.º - Períodos das reuniões	15
Artigo 18.º - Período de intervenção do público	15
Artigo 19.º - Período de antes da ordem do dia	15
Artigo 20.º - Período da ordem do dia	16
<b>Secção IV - Participação de outros elementos</b>	16
Artigo 21.º - Participação dos membros da câmara municipal	16
Artigo 22.º - Participação de eleitores	16
<b>Secção V - Uso da palavra</b>	17
Artigo 23.º - Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia	17
Artigo 24.º - Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia	17
Artigo 25.º - Regras do uso da palavra pelos membros da câmara municipal	17
Artigo 26.º - Regras do uso da palavra no período de intervenção aberto ao público	18
Artigo 27.º - Uso da palavra aos membros da assembleia	18
Artigo 28.º - Declarações de voto	18
Artigo 29.º - Invocação do regimento ou interpelação da mesa	18
Artigo 30.º - Pedidos de esclarecimento	19
Artigo 31.º - Requerimentos	19
Artigo 32.º - Ofensas à honra ou à consideração	19
Artigo 33.º - Interposição de recursos	19
<b>Secção VI - Deliberações e Votações</b>	20
Artigo 34.º - Maioria	20
Artigo 35.º - Voto	20

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Artigo 36.º - Formas de votação	20
Artigo 37.º - Empate na votação	20
<b>Secção VII - Faltas</b>	20
Artigo 38.º - Verificação de faltas e processo justificativo	20
<b>Secção VIII - Publicidade dos Trabalhos e dos Actos da Assembleia</b>	21
Artigo 39.º - Carácter público das reuniões	21
Artigo 40.º - Actas	21
Artigo 41.º - Registo na acta do voto de vencido	22
Artigo 42.º - Publicidade das deliberações	22
<b>CAPÍTULO V - COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO</b>	<b>22</b>
Artigo 43.º - Constituição	22
Artigo 44.º - Competência	22
Artigo 45.º - Composição	23
Artigo 46.º - Funcionamento	23
<b>CAPÍTULO VI - AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E GRUPOS MUNICIPAIS</b>	<b>23</b>
<b>Secção I - Agrupamentos Políticos</b>	23
Artigo 47.º - Constituição	23
Artigo 48.º - Organização	23
<b>Secção II - Grupos Municipais</b>	23
Artigo 49.º	23
<b>CAPÍTULO VII - DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA</b>	<b>24</b>
<b>Secção I - Mandato</b>	24
Artigo 50.º - Duração e continuidade do mandato	24
Artigo 51.º - Suspensão do mandato	24
Artigo 52.º - Ausência inferior a 30 dias	24
Artigo 53.º - Renúncia ao mandato	25

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

Artigo 54.º - Substituição do renunciante	25
Artigo 55.º - Perda de mandato	25
Artigo 56.º - Preenchimento de vagas	25
<b>Secção II - Deveres dos Membros da Assembleia</b>	<b>26</b>
Artigo 57.º - Deveres	26
Artigo 58.º - Impedimentos e suspeições	26
<b>Secção III - Direitos dos Membros da Assembleia</b>	<b>27</b>
Artigo 59.º - Direitos	27
<b>CAPÍTULO VIII - APOIO À ASSEMBLEIA</b>	<b>27</b>
Artigo 60.º - Apoio à assembleia municipal	27
<b>CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>27</b>
Artigo 61.º - Interpretação e Integração de lacunas	28
Artigo 62.º - Entrada em vigor	28

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### CAPÍTULO I NATUREZA E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA

#### Artigo 1.º (Natureza)

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município, sendo constituída pelo presidente da junta de freguesia e por 15 (quinze) membros eleitos pelo colégio eleitoral do município.

#### Artigo 2.º (Competências da Assembleia Municipal)

1. Compete à Assembleia Municipal:
  - a) Eleger, por voto secreto o presidente da mesa e os dois secretários;
  - b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
  - c) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais;
  - d) Acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;
  - e) Apreciar em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão para que conste da respectiva ordem do dia;
  - f) Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser: requerido por qualquer membro em qualquer momento;
  - g) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da assembleia, quer da câmara municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei;
  - h) Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;
  - i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de tutelas ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços municipais;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

- j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da câmara;
- k) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
- l) Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
- m) Elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do conselho municipal de segurança;
- n) Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;
- o) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- p) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia;
- q) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei.

2. Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara:

- a) Aprovar posturas e regulamentos do município com eficácia externa;
- b) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões;
- c) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação contas;
- d) Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- e) Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos;
- f) Fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos, bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;
- g) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverta exclusivamente para os municípios;
- h) Deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

j) Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados;

k) Municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;

l) Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação;

m) Aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais;

n) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município, nos termos da lei;

o) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei;

p) Autorizar, nos termos da lei, a câmara municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais;

q) Fixar o dia feriado anual do município;

r) Autorizar a câmara municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, na junta de freguesia;

s) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República.

3. É ainda da competência da assembleia municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal:

a) Aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais;

b) Aprovar as medidas, normas; delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.

4. É também da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

a) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstos na lei;

b) Deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstas na lei;

c) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei;

d) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

- e) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos seus funcionários, tendo por objecto o desenvolvimento das actividades culturais, recreativas e desportivas bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares.
5. A acção de fiscalização mencionada na alínea c) do n.º 1 consiste numa apreciação, casuística e posterior à respectiva prática, dos actos da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais, designadamente através de documentação e informação solicitada para o efeito.
6. A proposta apresentada pela câmara referente às alíneas b), c), i) e m) do n.º 2 não pode ser alterada pela assembleia municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada, mas a câmara deve acolher sugestões feitas pela assembleia, quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enfermarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais.
7. Os pedidos de autorização para a contratação de empréstimos a apresentar pela câmara municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo de capacidade de endividamento do município.
8. As alterações orçamentais por contrapartida da diminuição ou anulação das dotações da assembleia municipal têm de ser aprovadas por este órgão.

### CAPÍTULO II INSTALAÇÃO

#### Artigo 3.º

1. O presidente da assembleia municipal cessante ou o presidente da comissão administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora procede à instalação da nova assembleia até ao 20º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais.
2. Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes quem redige o documento comprovativo do acto, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.
3. A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao acto de instalação, é feita, na primeira reunião do órgão, a que compareçam, pelo respectivo presidente.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### CAPÍTULO III MESA DA ASSEMBLEIA E COMPETÊNCIAS

#### SECÇÃO I Mesa da Assembleia

##### Artigo 4.º (Composição da mesa)

1. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário e é eleita por escrutínio secreto, pela assembleia municipal, de entre os seus membros.
2. A mesa é eleita pelo período do mandato, podendo os seus membros ser destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia.
3. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário.
4. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião, salvo disposição contrária constante do regimento.
5. O presidente da mesa é o presidente da Assembleia Municipal.

##### Artigo 5.º (Eleição da mesa)

1. A mesa é eleita por escrutínio secreto, nos termos definidos no artigo anterior.
2. Só poderão ser eleitos para a mesa os membros da assembleia que, expressamente, tenham aceite a sua candidatura.
3. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da mesa, ou de cessação do respectivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na reunião imediata.

#### SECÇÃO II Competências

##### Artigo 6.º (Competência da mesa)

1. Compete à Mesa da Assembleia:
  - a) Elaborar o projecto de Regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
  - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
  - d) Admitir as propostas da câmara municipal obrigatoriamente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal, verificando a sua conformidade com a lei;
  - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia, dos grupos municipais e da câmara municipal;
  - f) Assegurar a redacção final das deliberações;
  - g) Realizar as acções de que seja incumbida pela assembleia municipal no exercício da competência a que se refere a alínea d) do nº 1 do artigo 2º deste regimento;
  - h) Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
  - i) Requerer ao órgão executivo ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia bem como ao desempenho das suas funções nos moldes, nos suportes e com a periodicidade havida por conveniente;
  - j) Proceder à marcação e justificação das faltas dos membros da assembleia municipal;
  - k) Comunicar à assembleia municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos bem como de colaboração por parte do órgão executivo ou dos seus membros;
  - l) Comunicar à assembleia municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
  - m) Dar conhecimento à assembleia municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
  - n) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos pela assembleia municipal.
  - o) Aceitar ou rejeitar propostas, moções, reclamações e requerimentos;
2. A mesa funciona com carácter permanente, assegurando o expediente e a actividade das delegações, comissões ou grupos de trabalho.
3. Das decisões da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário.

### **Artigo 7.º** **(Competência do presidente da assembleia)**

1. Compete ao presidente da assembleia municipal:
- a. Representar a assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
  - b. Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
  - c. Abrir e encerrar os trabalhos das sessões e das reuniões;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

- d. Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões;
- e. Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;
- f. Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem mediante decisão fundamentada a incluir na acta da reunião;
- g. Integrar o conselho municipal de segurança;
- h. Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas do presidente da junta e do presidente da câmara às reuniões da assembleia municipal;
- i. Comunicar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;
- j. Dar orientações aos funcionários afectos à Assembleia Municipal;
- k. Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo regimento ou pela assembleia.

2. Compete, ainda, ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesa orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes, necessários ao funcionamento e representação do órgão autárquico, informando o presidente da câmara municipal para que este proceda aos respectivos procedimentos administrativos.

### **Artigo 8.º** **(Competência dos secretários)**

1. Compete aos secretários coadjuvar o presidente da mesa da assembleia municipal, designadamente:
  - a. Assegurar o expediente;
  - b. Na falta de funcionário nomeado para o efeito lavrar as actas das reuniões;
  - c. Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento, o quórum e registar as votações;
  - d. Ordenar a matéria a submeter a votação;
  - e. Organizar as inscrições dos membros da assembleia que pretenderem usar a palavra e registar os respectivos tempos de intervenção;
  - f. Servir de escrutinadores;
  - g. Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### CAPÍTULO IV FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

#### SECÇÃO I Sessões

##### Artigo 9.º (Local das sessões)

1. As sessões da Assembleia Municipal têm habitualmente lugar no Edifício dos Paços do Concelho, podendo também ser convocadas para os Lugares.
2. Por razões relevantes as sessões poderão decorrer noutra localidade ou local dentro da área do município.
3. A convocação da sessão, nos termos do número anterior depende de decisão do presidente da assembleia, ouvidos os restantes membros da mesa.
4. Os membros da assembleia municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo plenário.

##### Artigo 10.º (Sessões Ordinárias)

1. A assembleia municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias: em Fevereiro, Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro.
2. A segunda e a quinta sessão destinam-se, respectivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respectiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas bem como à aprovação das opções do plano e da proposta do orçamento, sem prejuízo do número seguinte.
3. A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições gerais ou no caso de sucessão de órgãos autárquicos na sequência de eleições intercalares realizadas nos meses de Novembro e Dezembro, tem lugar até ao final do mês de Abril do referido ano.

##### Artigo 11.º (Sessões Extraordinárias)

1. O presidente da assembleia convoca extraordinariamente a assembleia municipal, por sua própria iniciativa, quando a mesa assim o deliberar, ou, ainda, a requerimento:
  - a) Do presidente da câmara municipal, em execução de deliberação desta;
  - b) De um terço dos seus membros, ou de grupos municipais com idêntica representatividade;
  - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 30 vezes o número de elementos que compõem a assembleia.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

2. Nos cinco dias subsequentes à iniciativa da mesa ou à recepção dos requerimentos previstos no número anterior, o presidente, por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, procede à convocação da sessão para um dos quinze dias posteriores à apresentação dos pedidos.
3. Quando o presidente da mesa da assembleia municipal não efectue a convocação que lhe tenha sido requerida podem os requerentes efectuá-la directamente, com invocação dessa circunstância, observando, para o efeito o disposto no número seguinte, com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.
4. O requerimento a que se refere a alínea c), do número 1 do presente artigo é acompanhado de fotocópia do cartão de eleitor, respeitante a cada cidadão, que deverá ser perceptível, a fim de ser confirmada a qualidade de cidadão recenseado na área da respectiva autarquia, pelos serviços da Junta de Freguesia.
5. Nas sessões extraordinárias a assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada.

### **Artigo 12.º (Duração das sessões)**

As reuniões da assembleia municipal não podem exceder a duração de cinco dias e um dia consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

### **Artigo 13.º (Requisitos das reuniões)**

1. A assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24:00 horas, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quórum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quórum, o presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data para a nova reunião.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada acta onde se registam as presenças e ausências dos membros, dando estas lugar à marcação de falta.
4. A existência de quórum será verificada em qualquer momento da reunião.

### **Artigo 14.º (Continuidade das reuniões)**

As reuniões só podem ser interrompidas, por decisão do presidente e para os seguintes efeitos:

- a. Intervalos;

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

- b. Restabelecimento da ordem na sala;
- c. Falta de quórum procedendo-se a nova contagem quando o presidente assim o determinar;
- d. Pedido de reflexão solicitado por qualquer partido ou coligação, por período não superior a dez minutos por reunião a cada força política.

### SECÇÃO II

#### Convocatória e Ordem do Dia

##### Artigo 15.º

##### (Convocatória)

1. Os membros da assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital, por carta com aviso de recepção ou através de protocolo e por e-mail, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de dez dias.
2. Os membros da assembleia são convocados para as sessões extraordinárias por edital, por carta com aviso de recepção ou através de protocolo e por e-mail, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias.

##### Artigo 16.º

##### (Ordem do dia)

1. A ordem do dia é estabelecida pela Mesa da Assembleia Municipal.
2. A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro da assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
  - a) Cinco dias sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias;
  - b) Quatro dias sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.
3. A ordem do dia é entregue a todos os membros no acto da convocatória, e no caso de eventuais alterações com a antecedência de pelo menos, quarenta e oito horas sobre a data de início da reunião.
4. Juntamente com a ordem do dia deverão ser enviados todos os documentos que habilitem os membros da assembleia a participar na discussão das matérias dela constantes.
5. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, desde a abertura dos serviços do dia anterior à data indicada para a reunião,

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### SECÇÃO III Organização dos Trabalhos na Assembleia

#### Artigo 17.º (Períodos das reuniões)

1. Em cada sessão ordinária há um período de "Intervenção do Público", um período de "Antes da Ordem do Dia" e um período de "Ordem do Dia".
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de "Intervenção do Público" e de "Ordem do Dia".

#### Artigo 18.º (Período de intervenção do público)

1. O período de "Intervenção do Público" tem a duração máxima de 60 minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.
3. O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo porém exceder 10 minutos por cidadão.

#### Artigo 19.º (Período de antes da ordem do dia)

1. O período de "Antes da Ordem do Dia" é destinado:
  - a) À apreciação e votação das actas;
  - b) À leitura resumida do expediente, à identificação dos pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e a resposta a questões anteriormente colocadas pelo público;
  - c) À apreciação de assuntos de interesse local;
  - d) Ao tratamento de assuntos relativos à administração municipal, nomeadamente para perguntas dirigidas à Câmara Municipal, que o Presidente da Assembleia Municipal transmitirá àquele órgão executivo;
  - e) À apresentação de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar sobre assuntos ou personalidades, que sejam propostos por qualquer membro da Assembleia ou pela Mesa;
  - f) À apresentação de recomendações ou moções, que sejam apresentadas por qualquer membro da Assembleia;
  - g) À votação dos documentos apresentados ao abrigo das alíneas anteriores.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

2. O período de "Antes da Ordem do Dia", para os fins referidos nas alíneas c) a g), terá a duração máxima de sessenta minutos.

### **Artigo 20.º**

#### **(Período da ordem do dia)**

1. O período da "Ordem do Dia" inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia.
2. No início do período da "Ordem do Dia", o presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.
3. A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.

### **SECÇÃO IV**

#### **Participação de Outros Elementos**

### **Artigo 21.º**

#### **(Participação dos membros da câmara municipal)**

1. A câmara municipal faz-se representar nas sessões da assembleia, obrigatoriamente pelo presidente da câmara, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o presidente da câmara pode fazer-se substituir pelo substituto legal.
3. Os vereadores devem assistir às sessões da assembleia, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.
4. Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra.

### **Artigo 22.º**

#### **(Participação de eleitores)**

1. Nas sessões convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11º do presente Regimento, têm o direito de participar, sem voto, dois dos representantes dos requerentes.
2. Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas referentes ao assunto subjacente à convocação da assembleia extraordinária, fazendo uso para o efeito de um período de 30 minutos, as quais só são votadas pela assembleia se esta assim o deliberar.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### SECÇÃO V Uso da Palavra

#### Artigo 23.º

##### **(Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia)**

1. Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes.
2. A cada interveniente cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da mesa.

#### Artigo 24.º

##### **(Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia)**

1. Para a discussão de cada ponto da «Ordem do Dia» há um período inicial de 30 minutos, não podendo qualquer membro da assembleia exceder 5 minutos de intervenção.
2. Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções de 20 minutos, que será proporcionalmente distribuído.
3. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objecto e fins que se visa prosseguir, e não exceder o total de 5 minutos.
4. O presidente da câmara municipal dispõe de 10 minutos para apresentar a informação constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste regimento.

#### Artigo 25.º

##### **(Regras do uso da palavra pelos membros da câmara municipal)**

1. No período de "Intervenção Aberto ao Público", a palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados.
2. A palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal, no período «De Antes da Ordem do Dia», para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
3. No período da «Ordem do Dia», a palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal para:
  - a) Prestar a informação relativa ao consignado na alínea e) do n.º1 do artigo 2.º deste regimento;
  - b) Apresentar os documentos submetidos pela câmara municipal, nos termos legais, à apreciação da assembleia;
  - c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.
4. É concedida a palavra aos vereadores para intervir, nos termos do art. 21.º deste regimento.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

5. A palavra é ainda concedida aos vereadores, no final da reunião, para o exercício do direito de defesa da honra ou consideração.

### **Artigo 26.º**

#### **(Regras do uso da palavra no período de intervenção aberto ao público)**

1. As reuniões da Assembleia Municipal são públicas.
2. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 18.º deste regimento.
3. Em cada sessão ordinária e extraordinária, o Presidente da Assembleia Municipal fixa dois períodos de intervenção aberto ao público. Um que terá lugar imediatamente após a abertura dos trabalhos não sendo superior a 45 minutos, o segundo no final dos trabalhos com uma duração máxima de 15 minutos, ambos com vista à apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como a formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa.

### **Artigo 27.º**

#### **(Uso da palavra aos membros da assembleia)**

A palavra é concedida os membros da assembleia para:

- a. Tratar de assuntos de interesse municipal;
- b. Participar nos debates;
- c. Emitir votos e fazer declarações de voto;
- d. Invocar o regimento ou interpelar a mesa;
- e. Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o município;
- f. Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g. Fazer requerimentos;
- h. Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i. Interpor recursos.

### **Artigo 28.º**

#### **(Declarações de voto)**

1. Cada membro da assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso 2 minutos.
3. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da reunião.

### **Artigo 29.º**

#### **(Invocação do regimento ou interpelação da mesa)**

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

1. O membro da assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os membros da assembleia podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. O uso da palavra para invocar o regimento ou interpelar a mesa não pode exceder 2 minutos.

### **Artigo 30.º (Pedidos de esclarecimento)**

O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de 2 minutos para intervir.

### **Artigo 31.º (Requerimentos)**

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o presidente da assembleia, sempre que o entender conveniente, recomendar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.
2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder 3 minutos.

### **Artigo 32.º (Ofensas à honra ou à consideração)**

1. Sempre que um membro da assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 3 minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos.

### **Artigo 33.º (Interposição de recursos)**

1. Qualquer membro da assembleia pode recorrer de decisões do presidente ou da mesa.
2. O membro da assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a 3 minutos.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### SECÇÃO VI Deliberações e Votações

#### Artigo 34.º (Maioria)

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da assembleia, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

#### Artigo 35.º (Voto)

1. Cada membro da assembleia tem um voto
2. Nenhum membro da assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

#### Artigo 36.º (Formas de votação)

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
  - a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a assembleia assim o deliberar;
  - b) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela assembleia;
  - c) Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.
2. O presidente vota em último lugar.

#### Artigo 37.º (Empate na votação)

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta reunião se repetir o empate.
2. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

### SECÇÃO VII Faltas

#### Artigo 38.º (Verificação de faltas e processo justificativo)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer reunião.

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA**

2. Será considerado faltoso o membro da assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da reunião.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

### **SECÇÃO VIII**

#### **Publicidade dos Trabalhos e dos Actos da Assembleia**

##### **Artigo 39.º**

##### **(Carácter público das reuniões)**

1. As sessões da assembleia municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, oito dias sobre a data das mesmas.
2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e demais legislação aplicável.

##### **Artigo 40.º**

##### **(Actas)**

1. De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada.
2. Das actas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.
3. As actas são lavradas, sempre que possível, por um funcionário da autarquia designado para o efeito (ou pelos secretários da mesa) e postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
4. As actas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### **Artigo 41.º** **(Registo na acta do voto de vencido)**

1. Os membros da assembleia podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na acta do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

### **Artigo 42.º** **(Publicidade das deliberações)**

As deliberações da assembleia municipal destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas no Diário da República, quando a lei expressamente o determinar, sendo nos restantes casos publicadas em boletim da autarquia ou em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos dez dias subsequentes à tomada da deliberação, sem prejuízo do disposto em legislação especial.

## **CAPÍTULO V** **COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO**

### **Artigo 43.º** **(Constituição)**

1. A assembleia municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.
2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo presidente, pela mesa ou por qualquer membro da assembleia.
3. O presidente da assembleia promoverá a criação de uma conferência de representantes, cuja constituição deverá ser fixada no início de cada mandato, podendo ser alterada no seu decurso, constituída pelos representantes de cada bancada e ainda pelo Presidente da Mesa. A conferência de representantes deverá reunir antes da realização das sessões, e após conhecimento da ordem de trabalhos, ou sempre que o presidente da assembleia municipal o entenda.

### **Artigo 44.º** **(Competência)**

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem interferir, no entanto, no funcionamento e na actividade normal da câmara municipal.

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA**

### **Artigo 45.º (Composição)**

O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos agrupamentos políticos e /ou grupos municipais, quando existirem, são fixados pela assembleia.

### **Artigo 46.º (Funcionamento)**

1. Compete ao presidente da assembleia convocar a primeira reunião.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

## **CAPÍTULO VI AGRUPAMENTOS POLÍTICOS E GRUPOS MUNICIPAIS**

### **SECÇÃO I Agrupamentos Políticos**

#### **Artigo 47.º (Constituição)**

1. Os membros da assembleia são livres de se constituírem em agrupamentos políticos.
2. Cada agrupamento político indica ao presidente da assembleia o seu representante.

#### **Artigo 48.º (Organização)**

Cada agrupamento político estabelece livremente a sua organização.

### **SECÇÃO II Grupos Municipais**

#### **Artigo 49.º**

1. Os membros eleitos podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais, nos termos da lei e do regimento.
2. A constituição de cada grupo municipal efectua-se mediante comunicação dirigida ao presidente da assembleia municipal, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação bem como a respectiva direcção.
3. Cada grupo municipal estabelece livremente a sua organização, devendo qualquer alteração na sua composição ou direcção ser comunicada ao presidente da assembleia municipal.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### CAPITULO VII DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

#### SECÇÃO I Mandato

##### **Artigo 50.º** **(Duração e continuidade do mandato)**

O mandato dos membros da assembleia municipal inicia-se com o acto de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação de mandato.

##### **Artigo 51.º** **(Suspensão do mandato)**

1. Os membros da assembleia municipal podem solicitar a suspensão do respectivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao presidente da assembleia e apreciado pelo plenário da assembleia na reunião imediata à sua apresentação.
3. São motivos de suspensão designadamente:
  - a) Doença comprovada;
  - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
  - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão, os membros da assembleia são substituídos nos termos do artigo 56º, devendo os substitutos ser convocados nos termos do artigo 54.º, deste regimento.

##### **Artigo 52.º** **(Ausência inferior a 30 dias)**

1. Os membros da assembleia municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente da assembleia, na qual são indicados os respectivos início e fim.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

3. O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 54.º deste regimento.

### **Artigo 53.º (Renúncia ao mandato)**

1. Os membros da assembleia municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada quer antes quer depois da instalação da assembleia.

2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao presidente da assembleia, consoante o caso.

3. A falta de eleito local ao acto de instalação da assembleia, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.

4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

### **Artigo 54.º (Substituição do renunciante)**

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo presidente da assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o acto de instalação ou reunião da assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior.

2. A falta de substituto, devidamente convocado ao acto de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada equivale, a renúncia de pleno direito.

3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

### **Artigo 55.º (Perda de mandato).**

À perda de mandato aplica-se o consignado na Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto.

### **Artigo 56.º (Preenchimento de vagas)**

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA**

1. As vagas ocorridas na assembleia municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação ou grupo de cidadãos eleitores, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido, coligação ou grupo de cidadãos eleitores, pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

### **SECÇÃO II Deveres dos Membros da Assembleia**

#### **Artigo 57.º (Deveres)**

Constituem, designadamente deveres dos membros da assembleia:

- a. Comparecer às sessões da assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
- b. Participar nas votações;
- c. Respeitar a dignidade da assembleia e dos seus membros;
- d. Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do presidente da mesa da assembleia;
- e. Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da assembleia municipal;

#### **Artigo 58.º (Impedimentos e suspeições)**

1. Nenhum membro da assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em acto ou contrato de direito público ou privado do respectivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 45.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os membros da assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da rectidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.
4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### SECÇÃO III Direitos dos Membros da Assembleia

#### Artigo 59.º (Direitos)

1. Os membros da assembleia municipal têm, designadamente, os seguintes direitos:
  - a) Participar nos debates e nas votações;
  - b) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
  - c) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à câmara, veiculados pela mesa da assembleia;
  - d) Apresentar reclamações, protestos, contra protestos e declarações de voto;
  - e) Propor alterações ao regimento;
  - f) Receber através da mesa, todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados.
  - g) Participar nas Comissões da Assembleia, nos termos dos respectivos regimentos.
2. Aos membros da assembleia municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.

### CAPÍTULO VIII Apoio à Assembleia

#### Artigo 60.º (Apoio à assembleia municipal)

1. A assembleia municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, composto por funcionários do município, nos termos definidos pela mesa, a afectar pelo presidente da câmara municipal.
2. A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela câmara municipal.
3. No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal, bem como para aquisição de bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.
4. Sem prejuízo dos poderes disciplinares e de gestão, designadamente em matéria de férias, faltas e licenças atribuídos ao presidente da câmara, ao presidente da assembleia cabe orientar os funcionários destacados nos termos do número anterior.

### CAPÍTULO IX Disposições Finais

## REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### **Artigo 61.º** **(Interpretação e Integração de lacunas)**

Compete à mesa, com recurso para a assembleia, interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas.

### **Artigo 62.º** **(Entrada em vigor)**

O presente regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.